

PETROPOLITANAS

Reprodução/TCE-RJ



Julgamento foi realizado nesta quarta-feira (17)

TCE mantém apuração sobre aumento de 70% nos salários

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) decidiu nesta quarta-feira (17) dar continuidade à apuração sobre o reajuste de aproximadamente 70% nos salários do prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, do vice-prefeito Albano Filho e dos secretários municipais. Por três votos a um, o plenário acompanhou o voto da conselheira revisora Marianna Montebello Willeman, convertendo a denúncia em representação e determinando diligências para que a Prefeitura apresente esclarecimentos sobre o caso. A representação foi apresentada pelo vereador Léo França, que questiona a legalidade do aumento aprovado pela Câmara Municipal no fim de 2024. Com a decisão, o processo segue em tramitação no TCE-RJ para análise do mérito.

Relator pediu arquivamento

A decisão desta quarta-feira (19), contrariou o entendimento do relator, conselheiro substituto Christiano Lacerda Ghuerrén, que havia votado pela conversão da denúncia em representação, mas defendia o arquivamento do processo. Segundo o relator, a discussão envolveria análise de constitucionalidade de norma municipal, matéria que estaria fora da competência dos Tribunais de Contas.

Divulgação



Obra deve ser finalizada em outubro deste ano

Ponte Arranha-Céu

A construção da nova Ponte do Arranha-Céu, em Itaipava, avançou com a conclusão da concretagem das nove vigas que compõem a estrutura. Com o término dessa etapa, a concessionária segue com os trabalhos de fundação e fabricação das pré-lajes. A previsão é que a ponte seja concluída até o fim de outubro de 2026. A nova ponte fará a ligação entre a BR-040 e a Estrada União e Indústria. A estrutura terá 15,6 metros de largura, com uma faixa de rolamento em cada sentido, além de passeios para pedestres nos dois lados.

Projeto e mudanças

Enquanto as obras continuam, a passarela provisória permanece em operação para garantir a circulação de pedestres. O projeto também prevê mudanças na estrutura sobre o Rio Piabanha. Diferentemente da ponte atual, a nova travessia terá apenas dois apoios, localizados nas extremidades, sem sustentação no leito do rio. A obra inclui ainda intervenções paisagísticas no entorno da ponte.

Regularização

Proprietários de imóveis construídos ou ampliados sem as devidas licenças municipais tem uma oportunidade de regularização no município. Os pedidos podem ser apresentados até o dia 26 de agosto, quando termina o prazo de vigência da lei municipal 9.201/2026, publicado pela Prefeitura.

Solicitações

Mais de mil solicitações já foram feitas e estão em processo de análise técnica pelo Departamento de Obras Particulares (Dopar) da Secretaria de Planejamento. O programa de regularização desses imóveis é voltado para edificações consolidadas, ou seja, construções concluídas antes da lei 9.201/2026.

Legislação

A lei veda a regularização nos casos de construções feitas em área de preservação permanente, margem de cursos d'água, áreas públicas (salvo quando há permissão formal), áreas de risco, faixas de domínio de estradas e linhas de transmissão de energia elétrica e áreas não-edificantes.

Reinício

Convocado de forma extraordinária pela Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, o Conselho Arbitral da Série C decidiu, por unanimidade, pelo reinício do Campeonato Estadual no dia 28 de junho. Liderada pelo presidente em exercício, Marcio Duba, e conduzida pelo vice-presidente de competições, Marcelo Vianna.

Motivo

A reunião foi convocada para que os clubes pudessem debater e decidir os rumos da Série C, após o Tribunal de Justiça Desportiva (TJD-RJ), de posse de relatório de empresas de integridade que apontam indícios de manipulação de resultados em três partidas, obrigar a paralisação da competição.

Suspensão

Depois de estudar os cenários, as agremiações, por unanimidade, decidiram pelo reinício da competição no dia 28 de junho, proporcionando tempo para que o Tribunal de Justiça Desportiva do Rio de Janeiro julgue os casos, sem prejuízo de paralisação futura. O campeonato foi suspenso na semana passada.



Local precisa de intervenção, segundo o município

Executivo indica imóvel para instalação da DEAM na cidade

Enquanto isso, Governo do Estado deve apresentar plano para implementação

Por Leandra Lima

Após sancionar a lei que autoriza a doação de um terreno próprio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para a construção da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a Prefeitura de Petrópolis indicou um imóvel para a implementação do equipamento à Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL).

Segundo o documento obtido pelo Correio, a casa localizada na Rua Dr. Sá Earp, nº 39, Centro, próximo a Escola Municipal Paulo Freire, se adequa às necessidades da DEAM. Ela possui um total de 567,70m², com pavimento hall de entrada, recepção, salão em três ambientes, copa-cozinha, depósito, despensa e banheiros. Além de pavimento hall de circulação, quatro salas, dois banheiros e terraço. E também sala, copa, banheiro, salão que pode ser utilizado nas divisórias.

O Executivo informou ainda que o espaço está fechado há aproximadamente 8 anos, e que necessita de obras de revitalização. A indicação surgiu após a SEPOL encaminhar um e-mail solicitando o apoio do município, frente a decisão da Justiça que solicitou que a mesma apresentasse em um prazo de 30 dias um plano detalhado acompanhado de cronograma específico para a instalação e o efetivo funcionamento da delegacia, contendo a definição do imóvel, as etapas da obra ou adaptação, a previsão de lotação de pessoal e a aquisição de equipamentos, sob pena de multa única de R\$ 30.000,00.

Além disso, o juiz Jorge Luiz Martins, da 4ª Vara Cível de Petrópolis, determinou que o Governo do Estado do Rio de Janeiro instale o equipamento, até 27 de agosto de 2026.

A recomendação também é um desdobramento de um projeto de Lei da vereadora Livia Miranda (PCdoB), que justificou que Petrópolis tem índices alarmantes de violência contra a mulher, sendo, de acordo com o Dossiê Mulher, o

quarto município no estado com os maiores índices e o décimo em casos de feminicídio.

O Governo do Estado tentou ampliar o prazo de entrega do plano, mas recebeu uma recusa do magistrado e destacou a multa de R\$ 30 mil pelo descumprimento e determinou que o órgão entregue em até cinco dias o planejamento.

Diante da nova resolução da Justiça, o Correio que acompanha o caso, trouxe ontem o posicionamento do Estado apontando que irá recorrer das decisões judiciais citadas, por entender que Petrópolis já conta com estruturas especializadas para o atendimento de mulheres vítimas de violência.

Segundo o órgão, a 105ª DP possui um Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (Niam), com policiais capacitados e espaço adequado para acolhimento e registro de ocorrências. Também ressaltou que desde março deste ano, a população também conta com a Deam Digital, unidade especializada de atendimento remoto que atende todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo Petrópolis.

Apesar dos apontamentos do Estado, o quantitativo de casos na cidade expressa outro ponto de vista. Isso é reforçado pela advogada Viviane Andrade. "Aqui em Petrópolis, os dados mais recentes do Ministério dos Direitos Humanos também revelam um cenário de alerta. Até abril de 2026, foram registradas 27 denúncias na casa das vítimas, que resultaram em 146 violações contra mulheres. Já nos casos em que a vítima reside com o agressor, foram 10 denúncias e 49 violações. Os números reforçam que o perigo está dentro de casa", disse.

Conforme apontam dados do Dossiê Mulher, foram 2.848 vítimas dessa tipificação em 2023. A porcentagem só aumentou ao longo dos anos. Somente em 2024, a Polícia Militar recebeu mais de 14 mil chamadas. Em 2025, contabilizaram-se 8.485 violações, 1.223 denúncias e 704 protocolos relacionados a casos de violência.